

Meirelles defende aperto fiscal

O presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, considera que quanto mais a arrecadação superar os gastos, melhor será para a economia brasileira. "Não há dúvida de que na política fiscal do Brasil, quanto maior for o superávit primário, melhor para a política monetária", disse Meirelles em Tóquio, onde integra a comitiva do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O superávit primário é o dinheiro que o governo economiza para pagar os juros de sua dívida. Se por um lado a obtenção de superávit exige menores investimentos sociais e em infra-estrutura, por outro o governo sinaliza que terá condições de arcar com seus compro-

missos com credores. Dessa forma, os juros básicos (Selic), atualmente em 19,75% ao ano, poderiam começar a cair mais cedo. A maioria do mercado acredita, conforme pesquisa do Banco Central, que os juros serão de 18% ao ano em dezembro.

A meta de superávit para este ano alcança 4,25% do PIB (Produto Interno Bruto, soma das riquezas produzidas por um país). Nesta semana, o secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy, afirmou que o governo poderá aumentar a meta se o ritmo de crescimento do país for maior do que o esperado atualmente. "Se estivermos muito bem, a gente deve poupar um pouquinho, igual ao que foi poupado no ano

passado. Foi bom", disse Levy.

Em 2004, a meta também era de 4,25% do PIB, mas a economia no ano superou 4,50%. Aumentar o superávit também neste ano significaria um controle maior da dívida pública. Depois de a dívida ter chegado a 61,65% do PIB em setembro de 2002, o percentual caiu para 51,60% em dezembro de 2004. Os analistas estimam que a relação ficará ao redor de 52% neste ano.

Mercado

O superávit primário do governo federal em abril, de 5,02% do PIB, que superou as expectativas, terá efeito positivo sobre a política monetária, avalia o presidente do Banco Central (BC), Henrique

Meirelles. Entre os analistas de mercado, é cada vez maior a avaliação de que o governo vai buscar um superávit primário superior à meta de 4,25% do PIB para este ano, com o objetivo de reduzir parte do peso dos juros sobre o controle inflacionário, tentando antecipar eventual processo de relaxamento monetário (redução da Selic).

Meirelles negou que o governo vá reavaliar a meta inflacionária para 2006, de 4,5%, uma reivindicação da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). "O debate sobre o assunto é legítimo. Mas as metas para 2005 e 2006 estão fixadas e, em junho, o CMN (Conselho Monetário Nacional) vai fixar a meta de 2007."

Marcello Casal Jr./ABr



HENRIQUE MEIRELLES, PRESIDENTE DO BC: META DE INFLAÇÃO MANTIDA